

Ofício n.º 112 / 2013

Jucás, 13 de Agosto de 2013.


RAIMUNDO LUNA NETO, na qualidade de Prefeito Municipal de Jucás, VEM, através deste, à presença de V. Exa., e, em cumprimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Nº 101/2000, REMETER, tempestivamente, o **Relatório de Gestão Fiscal – RGF**, relativo ao **1º (primeiro) semestre do exercício financeiro de 2013**, conforme Portaria n.º 637 de 18/10/2012 - da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Informa, ainda, que o referido Relatório foi **publicado no dia 30 de Julho de 2013**, através de afixação no ÁTRIO da Sede da Prefeitura Municipal de Jucás e na INTERNET– www.jucas.ce.gov.br e www.conasp.com.br.

Sem mais para o momento, coloca-se à disposição para informações adicionais, e aproveita o ensejo para renovar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

RAIMUNDO LUNA NETO
Prefeito Municipal



Zaqueu Odine Pinheiro
OAB-CE 21.181
Procurador Geral do Município

Ao Exmo. Sr.
Dr. FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios
Estado do Ceará

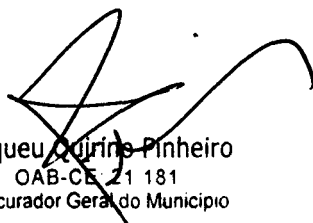
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCÁS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, pela Lei Orgânica do Município, e art. 52, caput da Lei Complementar nº 101/2000, VEM, através deste, tempestivamente, publicar o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF**, relativo ao 1º (primeiro) semestre do exercício financeiro de 2013 no Flanelógrafo do Município de Jucás, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme Decisão proferida no Recurso Especial Nº 105.232 (96/0056484-5/Ceará) e por meio eletrônico através dos portais www.jucas.ce.gov.br e www.conasp.com.br.

Jucás, 30 de junho de 2013.



RAIMUNDO LUNA NETO
Prefeito Municipal



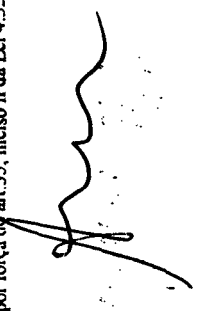
Zaqueu Quirino Pinheiro
OAB-CE 21 181
Procurador Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º SEMESTRE DE 2013 (JANEIRO - JUNHO)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.507.348,33	-	
Pessoal Ativo	18.507.348,33	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	189.899,34	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	189.899,34	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.317.448,99	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	18.317.448,99	18.317.448,99	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	36.632.396,09		
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	50,00%		
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	54,00%		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < %	51,30%		
FONTE:			
	VALOR		
	36.632.396,09		
	50,00%		
	19.781.493,89		
	18.792.419,19		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


RESPONSÁVEL PELO
GOVERNO MUNICIPAL DE JUCÁS
CONTROLE INTERNO
 Maria Sélia Botelho Vieira Lavor
 Prefeito Municipal
 Fone: 041.425.003-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCAS - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º SEMESTRE DE 2013 (JANEIRO - JUNHO)

	R\$ 1,00	
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.530.449,26	22.415.317,47
Divida Mobiliária	-	-
Divida Contratual	22.530.449,26	22.415.317,47
Divida Contratual de PPP	-	-
Demais Dividas Contratuais	22.530.449,26	22.415.317,47
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	-	-
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	-	-
Parcelamentos de Dividas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Outras Dividas	-	-
DEDUÇÕES (II)	-	-
Ativo Disponível	690.788,16	3.532.316,33
Haveres Financeiros	1.331.805,65	1.350.374,03
(-) Restos a Pagar Processados	5.544.410,11	5.737.003,15
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-
Precatórios anteriores a 05/05/2000	-	-
Insuficiência Financeira	-	-
Outras Obrigações	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	22.530.449,26	22.415.317,47
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.944.569,70	36.632.396,09
% da DC sobre a RCL (IV/RCL)	66,37%	61,19%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	66,37%	61,19%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO N° 400/1 DO SENADO FEDERAL	40.733.483,64	43.958.875,31

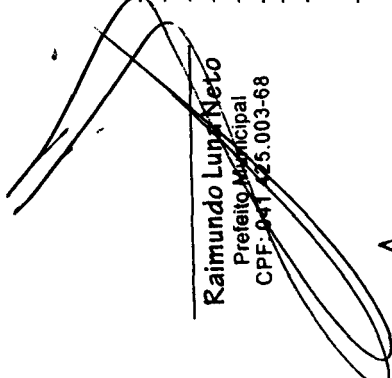
	R\$ 1,00	
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013
	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
REGIME PREVIDENCIÁRIO		
CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	-	-
Passivo Atuarial	-	-
Demais Dividas	-	-
DEDUÇÕES (V)*	-	-
Ativo Disponível	-	-
Investimentos	-	-
Haveres Financeiros	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-	-

Fonte:

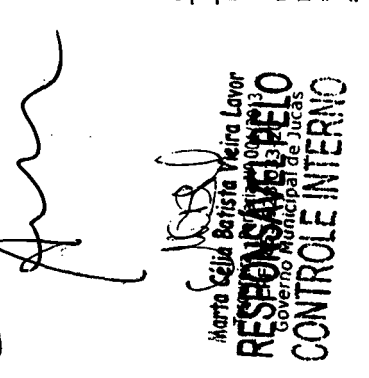
* Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Nota:

* O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.



Raimundo Lúcio Neto
 Prefeito Municipal
 CPF: 041.425.003-68



Marta Célia Batista Vieira Lavor
 Responsável pelo
 Governo Municipal de Jucas
CONTROLE INTERNO

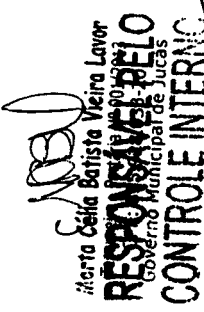
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCAS - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º SEMESTRE DE 2013 (JANEIRO - JUNHO)

	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2013		RS 1,00
			Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
EXTERNAS (I)					
	Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
	Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)					
	Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
	Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.944.569,70	36.632.396,09		
	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL					
		-	-	-	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS					
EXTERNAS (V)					
	Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
	Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)					
	Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
	Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

FONTE:

Nota: 1 Incluir garantias concedidas por meio de Fundos

(Assinatura)



RESPONSÁVEL PELO
GOVERNO MUNICIPAL DE JUCAS
CONTROLE INTERNO

Raimundo Luna Neto
 Prefeito Municipal
 CPF: 047.425.003-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCAS - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º SEMESTRE DE 2013 (JANEIRO - JUNHO)

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)

	VALOR	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-

NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	36.632.396,09	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V) = (Ia)	-	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.861.183,37	16%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTARIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (VI) = (IIa + V)	-	0,00%

FONTE:

Notas:

1 Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostas pela legislação em vigor.

Raimundo Luna Neto
 Prefeito Municipal
 CPF: 041.25.003-68

Marta Célia Batista Vieira Lavor
 RESPONSÁVEL PELO
 GOVERNO MUNICIPAL DE JUCAS
CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCAS - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º SEMESTRE DE 2013 (JANEIRO - JUNHO)

LRP, art. 48 - Anexo VII	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	RS 1,00
Despesa Total com Pessoal - DTP		18.317.448,99		50,00%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <54%>		19.781.493,89		54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <51,3%>		18.792.419,19		51,30%
	DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida		22.415.317,47		61,19%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-		0,00%
	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias		-		0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-		0,00%
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas		-		0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-		-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		5.861.183,37		16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-		0,00%
	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		-	-	-

[Assinatura]



RESPONSÁVEL PELO
CONTROLE INTERNO
 Governo Municipal de Jucas

Raimundo Luna Neto
 Prefeito Municipal
 CPF: 041.425.003-68